

Caminhos para a Inclusão:

*relato da experiência do projeto GAPRIC
(Gabinete de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade)
na Associação de Paralisia Cerebral de Odemira*

— Lúcia Canha, Ana Colaço, Celeste Simões

Lúcia Canha – canha@uwm.edu, Ana Colaço – ana.colaco@apco.pt, Celeste Simões – csimoes@fmh.ulisboa.pt

RESUMO

Introdução: Após o término da escolaridade obrigatória, os jovens com deficiência e suas famílias são confrontados com a ausência de um serviço de apoio, que lhes permita perspetivar um futuro incluído na comunidade e alternativo à institucionalização. Os Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade (GAPRIC) são projetos piloto que surgiram em Portugal numa tentativa de colmatar esta lacuna. Este artigo caracteriza e apresenta os resultados do apoio do GAPRIC, da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, a 13 jovens e adultos ao longo de três anos.

Metodologia: Foram utilizados procedimentos e estratégias de intervenção individualizadas, inspirados pelos princípios do Planeamento Centrado na Pessoa (PCP). Para a avaliação do impacto do apoio do Gabinete GAPRIC na vida das pessoas apoiadas, nas famílias e na comunidade, foram aplicados questionários de avaliação da satisfação.

Resultados: O número de parcerias aumentou exponencialmente com o desenvolver do projeto, e a idade das pessoas que solicitaram o apoio foi diminuindo ao longo do tempo. Tanto para as pessoas apoiadas, como para as suas famílias e entidades parceiras, o grau de satisfação com o projeto foi positivo. O tempo e a diversidade de atividades na comunidade aumentaram para a generalidade das pessoas apoiadas. A inclusão profissional de algumas das pessoas, foi outro dos resultados alcançados.

Conclusões: Proporcionar experiências na comunidade, permite o desenvolvimento de competências pessoais e so-

ciais, e conduz a um estilo de vida mais incluído na comunidade. Este projeto deu provas de que o impacto de uma intervenção desta natureza, com enfoque na comunidade e na pessoa, ocorre em vários domínios de vida: âmbito profissional, qualificação escolar, recreação, saúde e bem-estar.

Palavras-chave: inclusão, comunidade, deficiência/incapacidade, transição para a vida adulta

1. INTRODUÇÃO

A transição do jovem com deficiência para a vida adulta

A *transição* para a idade adulta é uma fase decisiva no desenvolvimento de qualquer jovem. É um período em que são exigidas decisões relacionadas com a forma como os jovens irão exercer a sua autonomia ao nível laboral, continuação dos estudos, lazer, cuidados de saúde, interação social e participação na comunidade (Wehman, 2006). Apesar de ser um período desafiante para qualquer jovem que se confronta com as complexidades inerentes à entrada nesta fase, é sabido que os jovens com deficiência e/ou incapacidade enfrentam desafios adicionais (Lollar, 2010).

Na área da Educação Especial, o conceito de *transição* tem sido alvo de diferentes abordagens. Todavia, todas têm em comum o papel fulcral da escola na construção de um projeto de vida de jovens com deficiência e incapacidade, ao promover uma transição para a vida adulta efetiva e contextualizada na comunidade, através do ensino-aprendizagem de habilidades que permitam a adaptação aos contextos onde os indivíduos se inserem,

providenciando oportunidades de sucesso pessoal e social (Santos, 2013). Neste sentido, proporcionar aos jovens com deficiência, o mais cedo possível, experiências na comunidade tendo em consideração os seus interesses e capacidades, tem demonstrado ser uma prática de sucesso, aumentando a probabilidade de emprego e inclusão social (Mamun et al., 2018).

Desenvolvimento de uma vida incluída na comunidade

Após o término da escolaridade obrigatória, assume-se frequentemente que os jovens com deficiência que não prosseguem estudos necessitam de ser institucionalizados. Face à falta de vagas nas instituições que prestam apoio à deficiência, este é um período de ansiedade para jovens com deficiência e suas famílias, pois são confrontados com a ausência de um apoio alternativo à institucionalização, e surge o desânimo perante falta de perspectivas futuras (Canha, Owens, & Simões, 2013). Na verdade, um número considerável de pessoas com deficiência não necessita de um apoio ou suporte prolongado e continuado, existindo um conjunto de atividades que conseguem realizar por elas próprias se tiverem um suporte inicial (Soresi, Nota, & Wehmeyer, 2011). Muitas vezes, o que falta são oportunidades de experienciar uma maior inclusão nos vários contextos das suas vidas, acompanhadas das modificações ou suportes ambientais necessários (Soresi, Nota, & Wehmeyer, 2011).

Deste modo, um serviço que dê suporte e proporcione atividades na comunidade, e faça a ligação das famílias e jovens ao seu ambiente próximo, constitui uma alternativa à institucionalização. É nas comunidades que se encontram as relações, os suportes e as oportunidades, que podem ampliar as experiências de vida em jovens e adultos com deficiência (Carter et al., 2009). No âmbito profissional, a comunidade pode facultar aos indivíduos oportunidades de explorar potenciais interesses de carreiras profissionais (Carter et al., 2009), e a aprendizagem de competências e comportamentos através de experiências em contextos reais de trabalho, estruturados e supervisionados (Lindstrom et al., 2014).

Envolvimento das famílias

As famílias jogam um papel central no desenvolvimento das aspirações e expectativas do adolescente e jovem com deficiência em relação ao futuro (Woods, Sylvester, & Martin, 2010; Lindstrom et al., 2007; Wagner et al., 2006). Deste modo, é da maior importância envolver os pais durante todo o processo de transição para a vida adulta, dado o importante papel que a família representa na vida do adolescente e jovem com deficiência, inclusive a preferência dos próprios jovens em receberem apoio da família ao longo da vida. Neste âmbito, atualmente existem esforços no sentido de avaliar e intervir sobre os fatores que motivam a um maior envolvimento dos pais

(Hirano et al., 2017). Por exemplo, ainda na escola, ao se determinar as expectativas da família, nível de envolvimento, conhecimento, e preocupações relacionados com o período após a escola – tais como opções vocacionais, emprego, suporte e assistência disponíveis – os profissionais podem estar mais aptos para alinhar o seu apoio, de forma a responderem melhor às necessidades dos jovens e das famílias, e a desenvolverem objetivos que são por eles valorizados (Chambers et al., 2004).

Um dos aspetos positivos do envolvimento dos pais, é o seu impacto no desenvolvimento dos adolescentes ou jovens (Bennett & Hay, 2007). Os pais ou familiares podem ser ajudados a serem agentes promotores da inclusão, e a adquirirem uma perceção de controlo interno da situação. Por exemplo, a utilização de estratégias como o envolvimento do jovem/família com a sua comunidade, e a disponibilização de informação e criação de oportunidades que auxiliem o jovem e família na adaptação aos diferentes cenários que a transição implica, podem ser de grande utilidade.

Outro aspeto a ter em consideração no envolvimento dos pais, relaciona-se com a importância de criar momentos de suporte e partilha nesta fase de transição. Durante este período, se o jovem estiver envolvido num programa de inclusão comunitária, podem emergir dificuldades por parte dos pais ou familiares ao lidarem com a ampliação das autonomias dos jovens: o suporte emocional aos cuidadores permite, nestas circunstâncias, proporcionar alguma tranquilidade e segurança numa fase de turbulência (Canha & Fernandes, 2018).

A abordagem: o Planeamento Centrado na Pessoa

Outra das variáveis a ter em consideração na inclusão da pessoa com deficiência na comunidade, é o tipo de apoio necessário para que essa inclusão ocorra. A variabilidade inter e intra-individual resulta em diferentes necessidades relativamente ao nível, tipo, intensidade ou duração de apoios, principalmente se a pessoa estiver a participar ativamente e a agir de forma mais autónoma (Soresi, Nota, & Wehmeyer, 2011) o que nos leva a outro dos pilares no apoio à transição para a vida adulta: a individualização dos apoios segundo a visão do Planeamento Centrado na Pessoa (PCP). O PCP é o termo usado para descrever uma variedade de abordagens de planeamento que se focam no indivíduo – nas suas necessidades, preferências, interesses e sonhos – tendo em mente o reconhecimento da importância dos suportes formais e informais. Assim, este planeamento é construído à volta das necessidades e preferências da pessoa, coloca a pessoa no centro das decisões e não os serviços, identifica agentes motores das ações planeadas e atribui responsabilidades, e avalia o progresso da pessoa de forma contínua (O'Brien, 1992).

Segundo a visão do PCP, o papel dos profissionais não passa por definir um caminho para a pessoa com de-

ficiência, mas antes por ajudá-la a encontrar o seu caminho e a percorrê-lo (Ferreira & Pereira, 2015). É por isso que o desenvolvimento de competências, como a autodeterminação, durante o processo de transição para uma vida adulta, é essencial para que o jovem com deficiência descubra este caminho e desenvolva relações interpessoais fortes e positivas, contribuindo para o sucesso no desempenho de papéis da vida adulta (Bremer & Smith, 2004), nomeadamente ter um emprego e participar ativamente na comunidade.

Autodeterminação, inclusão na comunidade & qualidade-de-vida

A autodeterminação pressupõe o desenvolvimento e a aquisição de um conjunto de componentes que ocorre ao longo da vida e começa desde as idades precoces, tais como a capacidade de fazer escolhas, tomar decisões, resolver problemas, estabelecer metas, ter autoconsciência e autoconhecimento (Wehmeyer & Schalock, 2001). Uma pessoa autodeterminada é capaz de controlar a sua vida, sendo o agente primário na sua vida, fazendo escolhas e tomando decisões sem influência ou interferência externa (Wehmeyer, Kelchner, & Richards, 1996). A autodeterminação é assim desafiada quando a escolha, e o controlo sobre a vida diária, são retirados das pessoas com deficiência, e quando a sua autonomia é constrangida pela institucionalização (Morris, 2005 cit in Gowar, 2014).

Está amplamente relatado que a inclusão na comunidade, e a autodeterminação da pessoa com deficiência, é essencial para a sua qualidade de vida (Soresi, Nota, & Wehmeyer, 2011). Por exemplo, no nosso país, um estudo levado a cabo com 195 jovens com deficiência com o objetivo de compreender a relação entre as componentes da autodeterminação e a qualidade de vida, concluiu que a capacidade de escolha é o fator que está mais associado à qualidade de vida em pessoas com deficiência (Canha et al., 2016). Em outros estudos fora do nosso país, verificaram-se diferenças significativas na qualidade de vida entre indivíduos com dificuldade intelectual integrados em contextos comunitários, quando comparados com os que frequentam programas em centros de dia, em contextos protegidos, uma vez que os indivíduos que realizam experiências de trabalho na comunidade relataram um aumento das oportunidades para fazer escolhas e tomar o controlo sobre a sua própria vida (Blick et al., 2016). Estes resultados sugerem que a integração e inclusão na comunidade está correlacionada com o sentido de “normalidade” consistente com os colegas que não têm uma deficiência, cultivando características de autodeterminação (Blick et al., 2016).

Concluindo, para uma transição ser bem-sucedida, deverá existir uma contínua participação do jovem, o envolvimento da família e proporcionar experiências positivas na comunidade. A oportunidade para o jovem com

deficiência fazer as suas próprias escolhas, tornar-se um agente ativo na sua própria vida, interagir com pessoas com diferentes características, frequentar diferentes contextos, experienciando um aumento de competências, são condições essenciais para a construção de futuros felizes (Soresi, Nota, & Wehmeyer, 2011).

2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

GAPRIC – Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade

Os GAPRIC's constituem uma modalidade de apoio à inclusão de pessoas com deficiência e/ou incapacidade em atividades em contextos naturais, através da mobilização dos recursos existentes na comunidade, tais como autarquias, empresas, serviços e organizações várias. Estes gabinetes de apoio surgiram em 2015 através de um consórcio de 10 instituições em Portugal Continental, dinamizadas pela Associação ASSOL, e foram financiados pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR). A Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO) é uma das instituições participantes. De seguida são apresentados os resultados do funcionamento do GAPRIC ao longo de três anos.

A APCO é a única Instituição Particular de Solidariedade Social do concelho de Odemira que presta apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência e suas famílias. De ano para ano, cada vez mais se observa que jovens adultos se encontram no domicílio, após a sua escolaridade, sem qualquer resposta. No sentido de responder a esta necessidade, a APCO juntou-se a este consórcio, recebendo o financiamento do INR para um período de 4 meses. Posteriormente, deu continuidade ao projeto na instituição, quer através de outras candidaturas a programas de financiamento, quer através de fundos próprios.

O objetivo dos GAPRIC's consiste em apoiar o desenvolvimento de atividades significativas incluídas na comunidade: experiências socioprofissionais em contextos reais de trabalho, atividades culturais, desportivas, de lazer e voluntariado. Pretende-se que as pessoas apoiadas adquiram competências, e uma rede de apoio que lhes permita serem elas próprias os agentes ativos na construção de uma vida com mais qualidade e incluída na comunidade.

O GAPRIC atua segundo os princípios do Planeamento Centrado na Pessoa. Tem como linha orientadora a ideia de que os apoios devem ser negociados com cada pessoa em função dos seus sonhos, capacidades e necessidades no sentido de melhorar o seu funcionamento pessoal, incluindo a sua participação na vida familiar e na comunidade, estimulando e apoiando o seu poder de decisão ao longo de todo o processo. O apoio dado pelo GAPRIC é de proximidade, e ocorre essencialmente na comunidade.

Procedimentos

A primeira fase do projeto na APCO passou pela divulgação do gabinete GAPRIC na comunidade, através das redes sociais, e da distribuição de cartazes em várias organizações e serviços. Paralelamente, foram realizadas reuniões com o Município de Odemira, as Juntas de Freguesias próximas das zonas de residência das pessoas apoiadas, de modo a dar a conhecer o GAPRIC, bem como em empresas e outras entidades do concelho (associações locais de âmbito desportivo, recreativo, cultural).

Seguiram-se um conjunto de ações que guiaram o apoio a todas as pessoas que integraram o projeto GAPRIC (ver Tabela 1). Partindo do conhecimento da pessoa, foi desenhado um plano de atividades operacionalizado através de experiências em contextos comunitários. Este plano foi

sendo flexível, isto é, foi ajustado, sempre que necessário, face ao desenvolvimento e maior conhecimento da pessoa de si mesmo, e das oportunidades existentes. Foi dada especial atenção ao envolvimento da família e à mediação da vinculação das pessoas às suas comunidades próximas.

O projeto contou com o suporte de uma técnica, que apoiou no terreno os participantes e as diversas entidades que os incluíram. Este apoio em contexto, numa fase inicial de integração, foi realizado através da presença da técnica todo o tempo em que a pessoa se encontrava no contexto. Após a fase de integração, a técnica continuou a estar presente e disponível, embora de forma mais pontual, de acordo com as necessidades da empresa/entidade de acolhimento e do participante. No decorrer da experiência foram realizadas adaptações às tarefas realizadas pela pessoa e,

no caso das atividades de âmbito laboral, encontradas tarefas progressivamente mais complexas, de acordo com o desempenho da pessoa e as necessidades das empresas.

Público-alvo

Durante os três anos do projeto a que se refere este estudo, foram apoiadas no total 13 pessoas, com idades compreendidas entre os 18 e os 51 anos, sendo a média de idades 29,6. Quanto ao género, 53% são do género masculino e 46% do género feminino. Relativamente à escolaridade, 8% têm apenas o 1º ano de escolaridade, 62% concluíram a escolaridade até ao 9º ano e 30% têm o ensino secundário concluído. 46% das pessoas apoiadas apresentam dificuldades intelectuais, 23% dificuldades motoras e 30% doença do foro psiquiátrico.

A dinâmica da entrada de pessoas no gabinete foi progressiva, e obedeceu a critérios de capacidade e qualidade. Isto é, para que fosse garantido um apoio individualizado e holístico na construção de programas incluídos na comunidade, existiu a necessidade de assegurar uma maior disponibilidade da técnica numa fase inicial. De facto, quando uma pessoa é integrada existe um investimento na procura dos recursos da comunidade que sejam resposta para as várias dimensões da vida da pessoa (pessoal, social, cultural e recreativa). Posteriormente, a pessoa opta pelos recursos a que deseja recorrer e é apoiada na ligação aos mesmos. O afastamento da técnica deu-se à medida que a pessoa ficou mais autónoma e, como tal, necessitando de menos apoio e permitindo assim a entrada de novas pessoas.

Também ocorreram saídas do projeto (por motivos pessoais ou porque se deu a transição para uma situação de empregabilidade) dando lugar a outros candidatos, cuja procura de apoio deste gabinete foi crescente, resultado da sua divulgação na comunidade e das ligações que se foram estabelecendo com as escolas.

O projeto GAPRIC iniciou com um grupo de seis pessoas e foi integrando gradualmente novos elementos. No final do primeiro ano de projeto tinham sido apoiadas um total de 8 pessoas, no 2º ano, estavam a ser apoiadas 10 e, no final do 3º, ano o gabinete contava com 11 pessoas apoiadas. Ao longo dos 3 anos tiveram lugar 5 novas admissões e 3 saídas.

Relativamente à situação inicial dos participantes na altura da admissão, os que integraram o projeto na fase inicial, foram pessoas ligadas de alguma forma à APCO, para os quais não havia resposta, e com perfil para integrar este tipo de apoio. No 1º ano, 2 das pessoas apoiadas, estavam sem ocupação, institucionalizadas numa residência, 6 encontravam-se sem ocupação, algumas beneficiárias de pensão de invalidez foram referenciadas por serviços diversos na comunidade, bem como pela sua família. Ao longo do 2º e 3ºano, foram progressivamente entrando pessoas mais jovens, reencaminhadas pela escola após o processo de transição.

Instrumentos de Avaliação

Os resultados do projeto foram avaliados através da aplicação de questionários de avaliação da satisfação a todos os envolvidos – pessoas com deficiência, famílias, entidades/empresas parceiras. Os instrumentos utilizados resultaram de uma adaptação dos instrumentos utilizados pela Associação ASSOL (Ferreira & Pereira, 2015): 1) **Questionário de avaliação da satisfação das pessoas apoiadas** (satisfação face ao apoio da técnica, à relação com os colegas, ao desenvolvimento de capacidades, às atividades programadas e as realizadas, oportunidade de escolha); 2) **Questionário de avaliação da satisfação das famílias** (qualidade do apoio da técnica à pessoa e à família, cumprimento das atividades acordadas); 3) **Questionário de avaliação da satisfação das entidades/empresas parceiras** (apoio da técnica às pessoas apoiadas e aos colaboradores da empresa, impacto do projeto na entidade).

3. RESULTADOS

Parceiros

No início do projeto, estabeleceram-se 7 protocolos de parceria com diversas entidades da comunidade de Odemira: 3 empresas, 1 Junta de Freguesia, 3 Associações. As parcerias foram aumentando de ano para ano, à medida que foram integradas novas pessoas, de acordo com as suas necessidades ou resultado de novos interesses manifestados pelos participantes. No início do 3º ano de projeto, o GAPRIC contava com 20 parceiros, colaborando na inclusão dos participantes em atividades socioprofissionais, atividades desportivas e culturais, nomeadamente 2 estabelecimentos escolares; 6 Associações; 2 IPSS; 6 Empresas; 1 Câmara Municipal e 3 Juntas de Freguesia.

Grau de Satisfação com o Projeto

O grau de satisfação foi obtido através da aplicação de três questionários de satisfação aos principais intervenientes no projeto: pessoas apoiadas; famílias das pessoas apoiadas; e entidades parceiras. No 3º ano do projeto, os três grupos de pessoas reportaram um nível de satisfação positivo, mas foram as pessoas apoiadas que apresentaram um nível de satisfação superior (90,74%), seguidas das famílias (88,75%) e entidades parceiras (88,28%), com um nível de satisfação muito idêntico.

Impacto do apoio no trajeto de vida das pessoas apoiadas — âmbito profissional

Ao longo do 2º ano, uma das pessoas apoiadas iniciou um estágio-inserção para pessoas com deficiência/incapacidade na empresa onde realizava a sua experiência socioprofissional de forma não remunerada. No início do 3º ano, uma pessoa apoiada foi contratada pela empresa na qual estava inserida no âmbito do projeto, outra aguardava

Ações desenvolvidas	Descrição
1. Definição do Perfil Pessoal para elaboração dos Planos Individuais de Inclusão Comunitária.	Reuniões iniciais de avaliação dos interesses, necessidades e potencialidades às pessoas interessadas em integrar o GAPRIC. Foram envolvidos neste processo os familiares, amigos, professores e outros convidados da pessoa apoiada, e foi utilizada a ferramenta MAPS (Making Action Plans). O MAPS envolve 8 áreas: história pessoal; sonhos; pesadelos; características pessoais da pessoa; forças/talentos; necessidades (o que precisa para atingir o sonho) e; plano de ação (quem vai fazer o quê e quando).
2. Estabelecimento de parcerias	Estabelecimento de contactos e parcerias com entidades na comunidade.
3. Atividades na comunidade	Desenvolvimento, suporte próximo, e monitorização das atividades na comunidade em vários âmbitos: laboral, recreativo, desportivo e de voluntariado.
4. Sessões de grupo com as pessoas apoiadas	Reuniões ao longo do projeto com uma periodicidade mensal. As sessões de grupo, com a presença de todos os participantes, criam um espaço e um tempo de partilha de experiências, preocupações e necessidades. Estas sessões procuraram ainda promover o desenvolvimento de aptidões sociais, interpessoais, mais especificamente, aptidões de autodeterminação. De acordo com as necessidades que foram surgindo, foram trabalhadas aptidões comportamentais relacionadas com o mundo laboral. No âmbito destas atividades foram ainda organizadas atividades lúdicas na comunidade sob proposta do grupo.
5. Reuniões com pais	Reuniões de pais ao longo do projeto com uma periodicidade semestral. Estes momentos permitiram envolver os pais no processo de construção dos projetos de vida dos participantes, e gerir emoções que surgem perante os comportamentos mais autodeterminados, e a mudança para um novo estilo de vida mais autónomo dos seus filhos.
6. Acompanhamento técnico próximo e continuado	Acompanhamento continuado do técnico à pessoa apoiada, ao empregador e colegas de trabalho, no caso de atividades de âmbito profissional, ou pessoas responsáveis nos outros contextos de inclusão. Reuniões de avaliação das experiências socioprofissionais realizadas com os responsáveis nas empresas/entidades parceiras.
7. Avaliação e monitorização	Aplicação de questionários de avaliação da satisfação. Aplicação de questionários de auto e heteroavaliação das experiências profissionais.

Tabela 1. Principais ações desenvolvidas durante o processo de apoio

o início de um contrato de trabalho, e outra integrou uma formação profissional financiada pelo IEFP.

Impacto do apoio no trajeto de vida das pessoas apoiadas — qualificação escolar

No decorrer do apoio prestado, surgiu o desejo de alguns participantes melhorarem a sua qualificação escolar. Nestes casos, o papel do apoio do GAPRIC foi estabelecer a ligação às entidades formativas e apoio, sempre que solicitado, durante todo o percurso de qualificação (aluno e entidade formativa). No 2º ano do projeto, uma das pessoas apoiadas finalizou o 12º ano, e no 3º ano cinco encontravam-se em processo de obtenção de maiores habilitações literárias (2 inscritos para frequência de Curso de Educação e Formação – 9º ano, e 3 a frequentar o Programa Qualifica – 12º ano).

Impacto do projeto no trajeto de vida das pessoas apoiadas — recreação, saúde e bem-estar

Com o decorrer do projeto verificou-se um aumento do número de pessoas envolvidas em atividades relacionadas com a saúde, desporto, voluntariado ou culturais. É de referir que uma pessoa integrada no desporto, por exemplo, pode também estar incluída em outros contextos de atividades, de acordo com as suas necessidades e motivações. Deste modo, no final do 3º ano de projeto, 7 pessoas estavam a frequentar atividades desportivas, 2 a realizar experiências de voluntariado através do Banco Local de Voluntariado, 6 a frequentar atividades recreativas culturais e 2 em ligação com serviços de saúde na comunidade (apoio psicológico e consultas de nutrição).

4. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

Este artigo apresenta os resultados do apoio prestado pelo projeto GAPRIC de Odemira a 13 pessoas com deficiência/incapacidade ao longo de três anos de funcionamento. De seguida apresentamos algumas conclusões sugeridas pelos resultados do projeto.

Impacto do apoio prestado nas pessoas apoiadas: saída de uma situação de inatividade para um estilo de vida útil e incluído na comunidade

A evolução dos programas de atividades individuais desenvolvidos semanalmente, fala-nos do impacto positivo no trajeto de vida das pessoas apoiadas. Desde o início do projeto, foram evidentes as transformações significativas nas vidas das pessoas: passaram a ter objetivos de vida e rotinas, com o consequente aumento da sua autoestima, autonomia e poder de decisão pessoal. Além disso, de ano para ano, e de acordo com o desejado por cada pessoa, os objetivos e as atividades acordadas foram sendo mais exigentes, desafiantes e em maior número.

O estabelecimento de novas relações de amizade, o sentirem-se parte integrante de um grupo e úteis nas tarefas que realizavam, foram outros aspetos presentes no desenvolvimento do apoio, e que são relevantes para a qualidade-de-vida e desenvolvimento destas pessoas.

As famílias foram ativamente envolvidas neste processo, observando elas próprias as conquistas pessoais dos seus familiares, na crescente participação na comunidade, e criação de relações interpessoais, e o desenvolvimento de uma maior autonomia e responsabilização.

Impacto do projeto na comunidade: envolvimento e construção progressivos de ambientes mais inclusivos

O trabalho desenvolvido pelo GAPRIC prova que a relação estreita com a comunidade que caracteriza o apoio prestado, contribui para comunidades mais solidárias e sensibilizadas, uma vez que os agentes da comunidade são apoiados no sentido da construção de uma sociedade mais inclusiva.

Em apenas quatro meses, observou-se uma adesão positiva de empresas e entidades a este novo modelo de trabalho. Esta adesão foi sendo crescente e foi possível, em alguns casos, transitar para uma situação de empregabilidade.

Resposta à lacuna existente no apoio após a escolaridade obrigatória

O tipo de apoio prestado pelo GAPRIC ainda não está difundido em Portugal, nem constituiu uma resposta formal à pessoa com deficiência. Contudo, os resultados positivos obtidos na avaliação da satisfação com o apoio dado pelo GAPRIC – pessoas apoiadas, familiares e parceiros – remetem para a importância que projetos desta natureza têm na reflexão sobre boas práticas para a inclusão.

Neste sentido, pensamos que o projeto GAPRIC deu provas, durante os seus três anos de existência, da necessidade e adequabilidade deste tipo de resposta. Ficou provado que este tipo de apoio se constitui como uma boa prática de inclusão, isto é, responde às necessidades dos jovens que, terminada a sua escolaridade ou em situação de inatividade, necessitam de um serviço de apoio que os ajude na construção de projetos de vida inclusivos ao nível profissional, social e de lazer.

Se analisarmos a dinâmica do grupo alvo apoiado, a partir do segundo ano verificou-se a entrada de pessoas com idades mais jovens encaminhadas pela escola. De facto, este projeto tem possibilitado, em alguns casos, um apoio continuado após a escolaridade, dando seguimento aos projetos de vida dos alunos, dando evidências de que uma resposta, como a dada pelo GAPRIC, é uma resposta viável para jovens com deficiência, preenchendo uma lacuna existente no nosso país: a existência de um apoio alternativo à institucionalização, que dê continuidade à escolaridade obrigatória, evitando períodos de inatividade, incerteza e perda de capacidades.

Resposta complementar a outras respostas institucionalizadas

As respostas sociais tradicionais, prestadas pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência, podem também beneficiar deste tipo de apoio. Por exemplo, como mostram os resultados deste projeto, pessoas que requerem o apoio residencial não significa que necessitem de um Centro de Atividades Ocupacionais. Podem ser jovens que necessitem apenas de apoio na sua inclusão comunitária e, eventualmente, também profissional.

Boas práticas: trabalho em rede e o apoio técnico próximo e continuado

O apoio próximo e regular da técnica na integração nos postos de trabalho, foi sentido como um aspeto positivo por parte dos parceiros e familiares, permitindo sentirem-se mais apoiados e seguros. Pensamos que esta proximidade e disponibilidade da técnica permitiu maior investimento e envolvimento de todos no desenvolvimento do programa de atividades dos participantes.

O esforço intencionalizado e sistemático na construção do trabalho em rede, constitui outra prática que se considera ter tido uma influência positiva nos resultados obtidos. A realização de atividades em contexto real de trabalho, que em alguns casos resultou numa situação de emprego, foi conseguido através da sensibilização e articulação crescente com empresas e outras organizações e serviços, incluindo os serviços do IEFP. O envolvimento das diversas organizações das comunidades próximas das pessoas, permitiu que fossem criadas oportunidades de desenvolvimento de atividades de âmbito da recreação, da saúde e bem-estar.

Resiliência do Projeto GAPRIC

Quando iniciou o projeto GAPRIC, a APCO tinha apenas como certeza o funcionamento do projeto durante quatro meses, o período do financiamento. Tinha como objetivo construir evidências que testemunhassem que o apoio a programas incluídos na comunidade a pessoas com deficiência era possível, que era um apoio adequado às características e necessidades de algumas pessoas com deficiência, com um impacto positivo nas suas vidas. Estes meses transformaram-se em três anos de apoio continuado a jovens com deficiência.

Este projeto deu provas de que o impacto de uma intervenção desta natureza, com enfoque na comunidade e na pessoa, ocorre em vários domínios de vida: âmbito profissional, qualificação escolar, recreação, saúde e bem-estar. O estabelecimento de novas relações de amizade, o sentir-se parte integrante de um grupo, ter um sentimento de utilidade nas tarefas que realizam na comunidade, são outros fatores que contribuem para que estes jovens/adultos se sintam mais felizes. Ao nível ambiental, a relação próxima e continuada estabelecida

com serviços, empresas e organizações comunitárias, conduz a comunidades progressivamente mais inclusivas e competentes.

Limitações

Apesar destes resultados positivos, um dos aspetos sentidos como limitação diz respeito ao financiamento desta resposta, que tem sido conseguida, apenas parcialmente, através de projetos. As limitações nos horários da rede de transportes públicos para a deslocação das pessoas apoiadas, bem como em alguns casos específicos, as atitudes negativas face às pessoas apoiadas, foram outros constrangimentos encontrados.

Embora o GAPRIC não seja uma resposta social, ou seja, um apoio formal e financiado, a Associação que suporta este projeto, a APCO, apesar dos seus recursos limitados, tem vindo a garantir a continuidade do projeto, dadas as crescentes solicitações da comunidade a este gabinete. Tem-se também iniciado o passo no sentido de um enquadramento legal para o GAPRIC.

Este tem sido até ao momento o caminho percorrido, mas fica a necessidade de continuar a caminhar e de tornar este projeto como um serviço disponível e generalizado ao país, para que o trabalho até agora desenvolvido não se perca por escassez de recursos financeiros e humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bennett, K. S., & Hay, D. A. (2007). The Role of Family in the Development of Social Skills in Children with Physical Disabilities. *International Journal of Disability, Development and Education*, 54 (4), 381-397.
- Blöck, R. N., Litz, K.S., Thornhill, M.G., & Goreczny, A. J. (2016). Do inclusive work environments matter? Effects of community-integrated employment on quality of life for individuals with intellectual disabilities. *Research in Developmental Disabilities* 53-54, 358-366.
- Bremer, C. & Smith, John (2004). Teaching Social Skills. Addressing Trends and Developments in Secondary Education and Transition, 3(5), 1-6.
- Canha, L., Fernandes, C. (2018). "Sintra Inclui – Manual de Apoio ao Desenvolvimento de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade".
- Canha, L., Owens, L., Simões, C. (2013). "American and Portuguese Perspectives on Transition from Parents Focus Group". *Journal of Vocational Rehabilitation*, 38, 195–205, 10.3233/JVR-130634.
- Canha, L., Simões, C., Owens, L., & Gaspar de Matos, M. (2016). Direct and indirect pathways to QoL in the transition to adulthood in youth and young adults with disabilities. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 44, 149-162.
- Carter, E., Owens, L., Swedeen, B., Trainer, A., Thompson C., Ditchman, N., & Cole, O. (2009). Conversations That Matter. Engaging Communities to expand employment opportunities for youth with disabilities. *Teaching Exceptional Children*, 41(6), 38-46.
- Ferreira, S. & Pereira, M. (2015). Transição para a Vida Adulta e Autodeterminação. Fundação Calouste Gulbenkian/ Assol.
- Gowar, C. (2014). Inclusive Communities – A research Report. Disability Rights UK.
- Hirano, K. A., Shanley, L., Garbacz, A., Rowe, D. A., Lindstrom, L., & Leve, L. D (2017). Validating a Model of Motivational Factors Influencing Involvement for Parents of Transition-Age Youth with Disabilities. *Remedial and Special Education*, 39 (1), 15-26.
- Lindstrom, L., Doren, B., Metheny, J., Johnson, P., & Zaine, C. (2007). Transition to Employment: Role of the Family in Career Development. 73(3), 348-366.
- Lindstrom, L., Hirano, K., McCarthy, C., & Alverson, C. (2014). "Just Having a Job": Career Advancement for Low-Wage Workers with Intellectual and Developmental Disabilities. *Career Development and Transition for Exceptional Individuals*, 37(1), 40-49.
- Lollar, D. (2010). Launching into Adulthood: Na Integrated Response to Support Transition of Youth with Chronic Health Conditions and Disabilities. Baltimore, Maryland: Paul H. Brooks Publishing Co.
- Mamun, A. A., Carter, E. W., Fraker, T. M., & Timmins, L. L. (2018). Impact of Early Work Experiences on Subsequent Paid Employment for Young Adults with Disabilities. *Career Development and Transition for Exceptional Individuals*.
- O'Brien J, Lovett H. Finding a Way Toward Everyday Lives: The Contribution of Person Centered Planning. Harrisburg, PA: Pennsylvania Office of Mental Retardation; 1992.
- Santos, T. (2013). Transição para a Vida Ativa de Jovens com Necessidades Educativas Especiais. Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre em Reabilitação Psicomotora (FMH-UL).
- Soresi, S., Nota, L., & Wehmeyer, M. (2011). Community involvement in promoting inclusion, participation, and self-determination. *International Journal of Inclusive Education*, 15(1), 15-28.
- Wagner, M., Newman, L., Cameto, R., & Levine, P. Menlo Park. (2006) The Academic Achievement and Functional Performance of Youth With Disabilities. A Report From the National Longitudinal Transition Study-2 (NLTS2). (NCSEER 2006-3000). Menlo Park, CA: SRI International.
- Wehman, P. (2006). Life Beyond the Classroom: Transition Strategies for Young People with Disabilities (4 ed.); Paul Brookes Publishing Co.
- Wehmeyer, M. (1998). Self-Determination and Individuals With Significant Disabilities: Examining Meanings and Misinterpretations. *Research and Practice for Persons with Severe Disabilities*, 23(1), 5-16
- Wehmeyer, M. & Schalock, R. (2001). Self-Determination and quality of life: implications for special education services and supports. *Focus on Exceptional Children*, 33, 1-16
- Wehmeyer, M., Kelchner, K., & Richards, S. (1996). Essential Characteristics of Self Determined Behavior of Individuals With Mental Retardation. *American Journal on Mental Retardation*, 100(6), 632-642.
- Woods, L. L., Sylvester, L., & Martin, J. (2010). Student-Directed Transition Planning: Increasing Student Knowledge and Self-Efficacy in the Transition Planning Process. *Career Development and Transition for Exceptional Individuals*, 33(2), 106-114.